

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.776.201 - MA (2020/0270778-1)

RELATOR : MINISTRO PRESIDENTE DO STJ
AGRAVANTE : ESTADO DO MARANHÃO
PROCURADOR : MARTHA JACKSON FRANCO DE SA MONTEIRO E
OUTRO(S) - MA012839
AGRAVADO : JOSÉ RODRIGUES DA SILVA FILHO
ADVOGADO : VIRGINIA INGRID CARVALHO FONSECA - MA012232

DECISÃO

Cuida-se de agravo apresentado pelo ESTADO DO MARANHÃO contra a decisão que não admitiu seu recurso especial.

O apelo nobre, fundamentado no artigo 105, inciso III, alínea "a", da CF/88, visa reformar acórdão proferido pelo TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO, assim resumido:

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO DE INSTRUMENTO – EXECUÇÃO INDIVIDUAL DE SENTENÇA ORIUNDA DA AÇÃO COLETIVA Nº 14.440/2000 – INEXEQUIBILIDADE E INEXIGIBILIDADE DO TÍTULO JUDICIAL – INOCORRÊNCIA - EXCESSO DE EXECUÇÃO MANIFESTO – DECISÃO MONOCRÁTICA AGRAVADA MANTIDA.

I – Não se afigura, *in casu*, as alegadas preliminares de ausência do trânsito em julgado do título judicial exequendo, em razão da necessidade de intimação pessoal do Ministério Público na Ação Coletiva nº 14.440/2000 (0013989-74.2010.8.10.0000), e de coisa julgada inconstitucional, e, por consequência, de inexigibilidade do título judicial exequendo, posto que, tais questões foram dirimidas pelo Tribunal Pleno desta Egrégia Corte de Justiça, nos autos do Incidente de Assunção de Competência nº 18193/2018, com efeitos vinculantes, e, por isso, de observância obrigatória, nos termos do disposto no art. 927, inc. III do CPC.

II – É manifesto o excesso de execução por serem devidas as diferenças remuneratórias pleiteadas apenas no período compreendido entre a data de entrada em vigor da Lei Estadual nº 7.072/98 e a edição da Lei Estadual nº 8.186/04;

III - Agravo Interno conhecido e desprovido.

Quanto à primeira controvérsia, alega violação do art. 535, inciso III, § 5º, do Código de Processo Civil, no que concerne à possibilidade de se alegar a inexigibilidade de título judicial na fase de cumprimento de sentença, trazendo o(s) seguinte(s) argumento(s):

Desta feita, de plano, verifica-se que a decisão recorrida ofendeu a legislação federal acima colacionada, tendo em vista que negou aplicabilidade ao Novo Código de Processo Civil, onde há previsão expressa acerca da possibilidade de alegação de inexigibilidade do título judicial na fase de cumprimento de sentença (fl. 285).

Quanto à segunda controvérsia, alega violação do art. 535, inciso III, § 7º, do Código de Processo Civil, no que concerne à inexigibilidade do título, porquanto contrário à jurisprudência consolidada no âmbito do Supremo Tribunal Federal, inclusive em sede de repercussão geral, anterior à sua formação, trazendo o(s) seguinte(s) argumento(s):

De outro lado, as razões do presente recurso são também acerca da própria inexigibilidade em si do título executivo. Isso porque, o título executado garantiu o direito adquirido a regime jurídico a carreira de servidores em total contrariedade à jurisprudência consolidada do STF acerca da inexistência de direito adquirido a regime jurídico.

Com efeito, verifica-se que ainda no ano de 2009, o STF julgou o RE 563.965, estabelecendo a tese de que não há direito adquirido a regime jurídico, desde que respeitado o princípio constitucional da irredutibilidade de vencimentos:

Teses de Repercussão Geral RE 563965 - I - Não há direito adquirido a regime jurídico, desde que respeitado o princípio constitucional da irredutibilidade de vencimentos; II - A Lei complementar 203/2001, do Estado do Rio Grande do Norte, no ponto que alterou a forma de cálculo de gratificações e, consequentemente, a composição da remuneração de servidores públicos, não ofende a Constituição da República de 1988, por dar cumprimento ao princípio da irredutibilidade da remuneração. Já a sentença do processo de conhecimento (ação coletiva 14.440) foi proferida em 18/02/2010, assegurando a servidores públicos o direito adquirido a regime jurídico, com base nas normas dispostas nos artigos 54/57 da lei estadual nº 6.110/94.

Portanto, antes da prolação da sentença no processo coletivo que embasa a presente execução, bem como do seu trânsito em julgado, o STF já havia declarado a inexistência de direito adquirido a regime jurídico, considerando constitucionais legislações que modificaram a forma de remuneração de servidores públicos, desde que respeitada a irredutibilidade nominal.

Ademais, a tese de repercussão geral foi julgada em 2009, mas a jurisprudência já era consolidada nesse sentido desde muito antes, não havendo dúvida de que a sentença está embasada em aplicação e interpretação de lei tida pelo STF como incompatível com a Constituição Federal, situação na qual a obrigação decorrente do título judicial é inexigível, nos termos dos §§5º e 7º

do artigo 535 do CPC/2015 (fls. 285/286).

É, no essencial, o relatório. Decido.

Quanto à primeira controvérsia, na espécie, incidem os óbices das Súmulas n. 282/STF e 356/STF, uma vez que a questão, nos termos delimitados nas razões do recurso especial, não foi examinada pela Corte de origem, tampouco foram opostos embargos de declaração para tal fim. Dessa forma, ausente o indispensável requisito do prequestionamento.

Nesse sentido: “O requisito do prequestionamento é indispensável, por isso que inviável a apreciação, em sede de recurso especial, de matéria sobre a qual não se pronunciou o Tribunal de origem, incidindo, por analogia, o óbice das Súmulas 282 e 356 do STF. 9. *In casu*, o art. 17, do Decreto 3.342/00, não foi objeto de análise pelo acórdão recorrido, nem sequer foram opostos embargos declaratórios com a finalidade de prequestioná-lo, razão pela qual impõe-se óbice intransponível ao conhecimento do recurso quanto ao aludido dispositivo”. (REsp 963.528/PR, relator Ministro Luiz Fux, Corte Especial, DJe de 4/2/2010.)

Confirmam-se ainda os seguintes julgados: REsp n. 1.160.435/PE, relator Ministro Benedito Gonçalves, Corte Especial, DJe de 28/4/2011; REsp 1.730.826/MG, relator Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, DJe de 12/2/2019; AgInt no AREsp 1.339.926/PR, relator Ministro Raul Araújo, Quarta Turma, DJe de 15/2/2019; e AgRg no REsp 1.849.115/SC, relator Ministro Nefi Cordeiro, Sexta Turma, DJe de 23/6/2020.

Quanto à segunda controvérsia, por sua vez, o acórdão recorrido assim decidiu:

A propósito, na decisão monocrática ora recorrida (ID 5720971), inicialmente rejeitei as preliminares apresentadas de ausência do trânsito em julgado do título judicial exequendo, em razão da necessidade de intimação pessoal do Ministério Público na Ação Coletiva nº 14.440/2000 (0013989- 74.2010.8.10.0000), e de coisa julgada inconstitucional, e, por consequência, de inexigibilidade do título judicial exequendo, posto que, tais questões foram dirimidas pelo Tribunal Pleno desta Egrégia Corte de Justiça, nos autos do Incidente de Assunção de Competência nº 18193/2018, com efeitos vinculantes, e, por isso, de observância obrigatória (Vide art. 927, inc. III do CPC) (fl. 262).

Aplicável, portanto, o óbice da Súmula n. 284/STF, uma vez que as razões recursais delineadas no especial estão dissociadas dos fundamentos utilizados no aresto impugnado, tendo em vista que a parte recorrente não

Superior Tribunal de Justiça

impugnou, de forma específica, os seus fundamentos, o que atrai a aplicação, por conseguinte, do referido enunciado: “É inadmissível o recurso extraordinário, quando a deficiência na sua fundamentação não permitir a exata compreensão da controvérsia”.

Nesse sentido, esta Corte Superior de Justiça já se manifestou na linha de que, “não atacado o fundamento do aresto recorrido, evidente deficiência nas razões do apelo nobre, o que inviabiliza a sua análise por este Sodalício, ante o óbice do Enunciado n. 284 da Súmula do Supremo Tribunal Federal”. (AgRg no AREsp n. 1.200.796/PE, relator Ministro Jorge Mussi, Quinta Turma, DJe de 24/8/2018.)

Confirmam-se ainda os seguintes julgados: AgInt no Resp 1.811.491/SP, relatora Ministra Regina Helena Costa, Primeira Turma, DJe de 19/11/2019; AgInt no AREsp 1637445/SP, relator Ministro Moura Ribeiro, Terceira Turma, DJe de 13/8/2020; AgInt no AREsp 1647046/PR, relator Ministro Marco Buzzi, Quarta Turma, DJe de 27/8/2020; e AgRg nos EDcl no REsp n. 1.477.669/SC, relator Ministro Antonio Saldanha Palheiro, Sexta Turma, DJe de 2/5/2018.

Ante o exposto, com base no art. 21-E, V, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, conheço do agravo para não conhecer do recurso especial.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 13 de janeiro de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS
Presidente